



ACÓRDÃO Nº 906/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11591/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Francisco Moreira de Oliveira Neto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4479 /2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos - FAPEN**, de responsabilidade da **Sr. Francisco Moreira de Oliveira Neto**, Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2017, com fulcro no art. 22, II c/c o art. 24 da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Recomendar ao Sr. Francisco Moreira de Oliveira Neto** e atual gestão do FAPEN que:
 - 10.2.1. Providencie a abertura de conta bancária específica para recebimentos dos recursos exclusivos da taxa de administração, independente da conta de pagamentos dos benefícios previdenciários;



ACÓRDÃO Nº 906/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2.2.** Suscite junto aos Poderes Executivo e Legislativo do município a indicação dos membros do Conselho de Administração, assim como a criação do Conselho Fiscal, respeitando os limites da taxa de administração, conforme art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98;
- 10.2.3.** Faça a reavaliação atuarial em cada exercício financeiro;
- 10.2.4.** Garanta o acesso aos servidores, ativos e inativos, pensionistas e dependentes às informações relativas à gestão do RPPS, conforme art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98, em atenção ao princípio constitucional da publicidade;
- 10.2.5.** Encaminhe proposta de projeto de lei ao Poder Executivo local que estabeleça a alíquota de custo suplementar indicada no Parecer Atuarial, conforme art. 61, § 1º, II, “b”, da CF/88;
- 10.2.6.** Defina antes do exercício a que se referir, a política anual de aplicação dos recursos do RPPS, conforme art. 4º da Res. CMN nº 3.922/10 c/c art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98;
- 10.2.7.** Encaminhe no prazo estabelecido pela legislação específica as informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais do RPPS e o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses à Secretaria de Previdência;
- 10.2.8.** Encaminhe no prazo estabelecido o Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN à Secretaria de Previdência;
- 10.2.9.** Encaminhe no prazo estabelecido o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR à Secretaria de Previdência e;
- 10.2.10.** Encaminhe no prazo estabelecido o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA à Secretaria de Previdência;
- 10.3. Determinar ao Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN que:**
- 10.3.1.** Realize recenseamento previdenciário anualmente, conforme art. 9º, II, da Lei nº 10.887/04, sob pena de multa na hipótese de reincidência;
- 10.3.2.** Regularize, dentro do prazo de 01 (um) ano, o RPPS em conjunto com Poderes Executivo e Legislativo, o Certificado de Regularidade Previdenciária do município perante a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social, vinculada ao Ministério da Fazenda;
- 10.3.3.** Providencie a certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme art. 2º da Portaria MPS nº 519/11 e;
- 10.3.4.** Comunique ao chefe do Poder Executivo local, que o excesso de servidores temporários e cargos comissionados, quando não



ACÓRDÃO Nº 906/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

ocupados por servidores efetivos do município de Barcelos, dificulta o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, e que seja realizado concurso público para substituir os temporários e estudo para reduzir o número de cargos comissionados com objetivo de atender o Princípio Constitucional do Equilíbrio Atuarial e Financeiro, conforme art. 40, caput, da CF/88;

10.4. Dar ciência ao Sr. Francisco Moreira de Oliveira Neto e demais interessados, desta decisão;

10.5. Arquivar o presente processo após cumpridas as determinações acima, nos termos regimentais.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição